

Com a pandemia fora de controle, é necessário mostrar que existe alternativa!

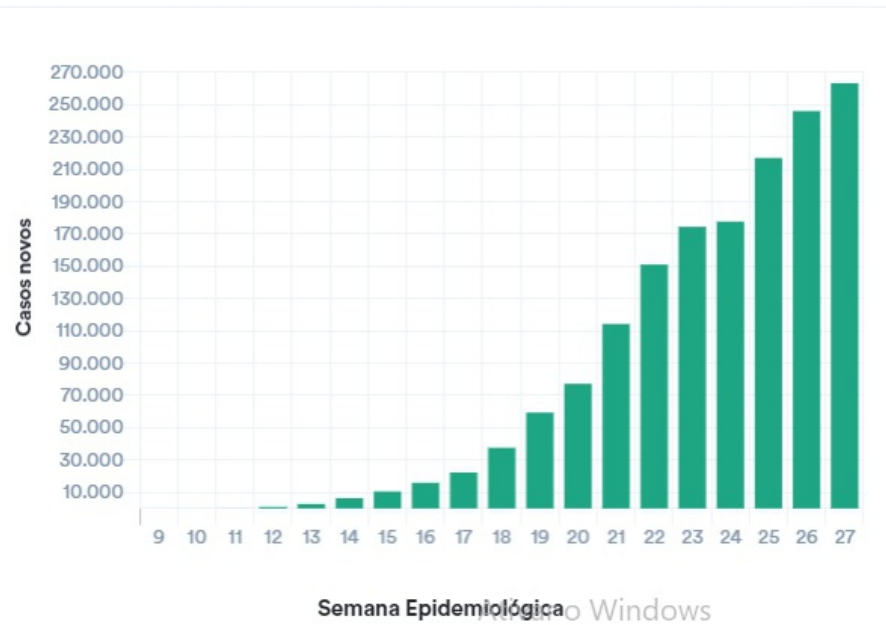
Gilberto Calil¹

A pandemia de Covid-19 está fora de controle no Brasil e os números recentes mostram um rápido e intenso aumento do número de casos, desmentindo as expectativas irrealistas dos que acreditavam que a situação estava estabilizada, que tínhamos chegado ao topo e que a situação começaria a melhorar. No dia 13 de junho, quando se encerrou a semana epidemiológica 24², diversas autoridades comemoravam o fato de que o número de novos casos naquela semana era pouco superior ao da semana anterior, com um crescimento de 3.262 casos, ou 1.9% (de 174.406 para 177.668), como se isto indicasse chegada ao topo e prenúncio do início do declínio. Eram números absolutamente insuficientes para indicar uma estabilização, e mais ainda para sustentar a expectativa de uma regressão. Ainda assim, a falsa ideia de que se tinha atingido uma estabilização foi utilizada como argumento para justificar o processo de retomada das atividades econômicas, efetivado em diversos estados e cidades do país, com critérios científicos frágeis ou inexistentes. Três semanas depois, os dados oficiais indicam que não há qualquer tendência à estabilização, muito pelo contrário:

1 Professor associado do curso de História e do PPGH da Unioeste.

2 As semanas epidemiológicas são contadas desde o início do ano, ainda que os primeiros casos no Brasil só tenham ocorrido na semana 10.

Casos novos de COVID-19 por Semana Epidemiológica de notificação



Fonte: Ministério da Saúde³

Na semana 25, foram 217.065 novos casos, na semana 26 foram 246.088, e na semana e na semana 27, que acaba de se encerrar, 263.337 - um número de novos casos 48% superior ao da semana 24. E isto apesar de continuarmos com uma baixíssima taxa de testes por milhão de habitantes (15.668), e uma taxa ainda mais baixa de testes realizados em relação ao número de resultados positivos (2.08, uma das piores do mundo), sem contar o fato de que parte significativa deles é de testes rápidos, inteiramente inadequados para diagnóstico.

Chegamos a um momento de impasse. Com 65 mil mortes e mais de três meses de isolamento mal feito, o Brasil segue dia a dia alternando com os Estados Unidos a condição de país com maior número de casos, com a diferença de que temos uma testagem muito menor, uma população 36% menor e que no número diário de mortes seguimos muito à frente. É inegável o cansaço e até esgotamento de grande parte da população, que se mostra ansiosamente desejosa de poder retomar certo nível de normalidade. As propostas de retomada das atividades econômicas e até mesmo proposições de retomada das aulas se inserem neste contexto, deixando em segundo plano as trágicas consequências que implicaria sua adoção. Apesar de ter apenas 2.75% da população mundial, o Brasil teve nos últimos 7 dias (29/5 a 5/6) nada menos que 22.9% das

³ <https://covid.saude.gov.br/>. Os dados semanais consolidados são idênticos aos do painel do CONASS (Conselho Nacional dos Secretários de Saúde).

mortes registradas no mundo (7.242 dentre 31.683 mortes).⁴ Não é possível negar que estamos no centro mundial da pandemia. E não há como sair desta situação sem compreender como chegamos a ela.

O bolsonarismo e a construção da tragédia

Em um primeiro olhar, pode parecer que Jair Bolsonaro foi surpreendido pela pandemia, não a compreendeu devidamente e que sua desastrosa política frente a ela é fruto da improvisação. Nosso entendimento é oposto: há uma linha de continuidade clara nas posições na política bolsonarista que se mantém nas diferentes fases e momentos da pandemia. Em uma expressão, sua política pode ser resumida à intenção de produzir a chamada “imunidade coletiva”, também conhecida pela esdrúxula denominação de “imunidade do rebanho”. Que consiste basicamente em renunciar a medidas de contenção de forma a que o mais rapidamente possível a maior parte da população tenha sido contaminada e conseqüentemente estaria supostamente imunizada. Defendida sob a alegação de que evitaria prejuízos econômicos é uma estratégia desde sempre eticamente injustificável, mas que com o desenvolvimento da pandemia revelou-se também como impraticável, sendo abandonada por quase todos os líderes políticos que a defendiam, exceto Bolsonaro.

Conforme levantamento da agência de checagem Aos Fatos, nos primeiros 14 meses de mandato, Bolsonaro proferiu 707 afirmações falsas ou distorcidas. De março para cá, foram mais 631 inverdades, e a maior parte delas teve como objeto a pandemia, incluindo as duas mais repetidas. Se primeira delas (que diz que o STF “impediu” o governo de combater a pandemia por ter reconhecido a autoridade dos governadores e prefeitos para também tomarem medidas), repetida 46 vezes, tem por objetivo isentar-se de suas responsabilidades; e a segunda mais repetida remete justamente ao núcleo principal da estratégia da imunidade do rebanho: entre 29 de março e 25 de junho, Bolsonaro repetiu 32 vezes que a pandemia só será controlada quando 70% da população estiver contaminada.⁵

Levando em consideração esta intenção de promover rápida contaminação da população para “controlar” a pandemia, percebe-se que há coerência no conjunto desordenado e aparentemente caótico de ações: aparições em público sem máscara, propagação de inverdades,

⁴ <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

⁵ <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>

anúncio de medicamentos milagrosos, minimização dos efeitos da pandemia, questionamento dos dados relativos aos óbitos, desqualificação da ciência, do conhecimento e das recomendações da OMS, intervenção no Ministério da Saúde, restrição de testes, tentativas de manipulação dos dados e controle das informações e hipervalorização dos dados sobre supostos “recuperados”.

Embora esta estratégia já fosse inadmissível no momento de sua adoção, o avanço do conhecimento sobre o Covid-19 e a dinâmica de expansão da pandemia a tornam ainda mais absurda. Um a um, os pressupostos que a embasaram foram sendo desmentidos à medida em que melhor se passou a entender a pandemia. Seus primeiros defensores supunham que as pouco mais de 3 mil mortes registradas na China teriam se dado em um universo de dezenas ou centenas de milhões de infectados, e que portanto se trataria de um vírus pouco letal. Hoje sabe-se, baseado em dezenas de estudos de incidência, que estimaram o número real de contaminados, especialmente nas cidades e regiões com elevado número de óbitos, que o índice de letalidade médio é próximo a 1% (variando entre 0,7% e 1.3% em estudos realizados em Nova Iorque, França, Espanha, Itália e Suécia⁶). Foi sob o impacto destas descobertas, e de projeções como as do Imperial College London, que estimou o número de mortos por país no caso de não se desenvolverem políticas de contenção, que foram modificadas as políticas de países como Bélgica, Itália, Holanda e Reino Unido, e finalmente, dos Estados Unidos. Esta última mudança foi explicitada em uma auto-crítica de Donald Trump em 24 de março, em resposta a um estudo que indicava que até o início de agosto mais de 100.000 estadunidenses poderiam morrer.⁷

Um segundo torpedo contra a “imunidade de rebanho” foi arremessado pelas diversas pesquisas que questionaram as certezas de que haveria imunização duradoura de todos os contaminados. Ainda que a questão permaneça objeto de debate e investigação, já se sabe que há diminuição do nível de anticorpos apenas três meses depois da infecção⁸ e embora não se tenha certeza de que estes infectados podem ser novamente contaminados, também não é mais possível sustentar a certeza contrária.

6 Ainda que em algumas cidades tenham chegado à próximo de um colapso do sistema de saúde, estes índices foram produzidos em uma condição onde a grande maioria dos mortos teve acesso aos recursos médicos e hospitalares. Portanto em um colapso do sistema de saúde, os números seriam muito piores.

7 <https://ipc.digital/trump-muda-discurso-e-reconhece-que-numeros-de-mortos-por-covid-19-pode-ser-alem-do-previsto/>. O número de 100.000 mortes nos dados oficiais foi atingido muito antes, em 23 de maio. Cf. <https://www.worldometers.info/coronavirus/>

8 <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/imunidade-para-covid-19-pode-durar-apenas-tr%C3%AAs-meses-indica-estudo-1.792278>

Um terceiro conjunto de investigações explicitaria ainda mais o absurdo da proposta de contaminação geral, indicando-se inúmeras situações de efeitos colaterais que permaneciam após a “recuperação” dos pacientes. Mesmo livres do vírus, alguns tinham capacidade pulmonar reduzida, outros desenvolveram diabetes e alguns apresentaram até mesmo perturbações no sistema nervoso e lesão cerebral.⁹

Neste contexto, não é de estranhar que a quase totalidade dos líderes mundiais repudie qualquer identificação com a estratégia da “imunidade do rebanho” – ainda que nem todos desenvolvam políticas de contenção coerentes com este repúdio. Assim, há mais de três meses Jair Bolsonaro persiste como único dirigente de um país relevante que defende a contaminação geral, transformando o país em um pária internacional e sendo objeto das mais ácidas críticas. A inusitada e mirabolante proposta de “isolamento vertical”, totalmente carente de base científica e desconhecadora das condições concretas reais em que vive a maior parte da população brasileira era na realidade a tradução da proposta de contaminação irrestrita.

Caso a política bolsonarista fosse aplicada integralmente, teríamos rapidamente chagado uma condição de colapso do sistema de saúde e certamente teríamos já um número de mortes muito superior. Isto não se deu conforme o planejado por Bolsonaro porque, além de ser confrontada pelas informações produzidas pelas universidades e centros de pesquisa e difundidas por movimentos sociais e por divulgadores científicos, também se confrontou com uma estratégia parcialmente distinta, que foi sustentada pelo seu então Ministro da Saúde Henrique Mandetta e pela maior parte dos governadores e prefeitos, autorizados a tomar medidas de contenção no âmbito dos estados e municípios pela decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal em 8 de abril. Mas será esta política efetivamente uma negação da política bolsonarista?

A política de Mandetta e dos governadores

Em nosso entendimento, a política defendida por Mandetta e pela maior parte dos governadores não rompia com as bases da política bolsonarista, na medida em que em momento algum colocou como objetivo a contenção efetiva da pandemia. Seu objetivo era, diferentemente, reduzir o ritmo da contaminação de forma a impedir o colapso do sistema de saúde. Desta forma, propunha-se políticas de mitigação que tinham como objetivo diminuir a velocidade de transmissão, tendo como referência fundamental a capacidade de atendimento do sistema de saúde.

⁹ <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/04/22/covid-19-pode-deixar-sequelas-no-sistema-nervoso-central-diz-estudo>

Medidas fundamentais para a contenção, como a testagem da rede de contatos dos contaminados, não foram sequer cogitadas e ainda na fase inicial da pandemia decidiu-se restringir aos testes aos pacientes internados e em estado grave, com o que definitivamente se renunciava a qualquer possibilidade de contenção efetiva.

Entre o final de março e meados de junho, o país viu uma polarização enganosa. De um lado tínhamos um presidente genocida que sabotava todas as medidas de contenção, difundia desinformação e propagava curas milagrosas, apoiado por enormes campanhas de desinformação difundidas nas redes sociais. Boatos como o de que o vírus não resistiria a temperaturas mais altas, que as pessoas com menos de 60 anos não tinham com o que se preocupar ou que o Brasil seria um país protegido pela “baixa densidade populacional” confundiam as coisas, e quando as mortes começaram a crescer, a própria veracidade dos números (já subestimados) foi atacada com estórias mirabolantes como a do primo do porteiro que teria morrido por explosão de pneu e sido incluído na estatística do Covid. De outro lado, os governos estaduais (e, até sua demissão, também Mandetta), buscavam administrar a transmissão, admitindo medidas como a suspensão das aulas e em situações limite, quando se aproximava o colapso, também o fechamento do comércio. Da mesma forma, pouco fizeram no sentido de confrontar as definições extraordinariamente amplas de atividade essencial definidas pelo governo federal, que incluíam praticamente toda atividade industrial, setores especialmente propícios à contaminação, como frigoríficos e mineração, e até mesmo academias de ginástica e salões de beleza. Não defenderam jamais medidas nacionalmente articuladas e voltadas à contenção efetiva, que se colocasse como objetivo zerar o número de novos casos ou chegar próximo a isto. Assim, logo que as medidas de mitigação produziam algum efeito, eram relaxadas, em um processo cansativo e desgastante, e altamente ineficiente.

Portanto, embora pareça haver oposição entre a posição de Bolsonaro e a da maior parte dos governos estaduais, na realidade são variantes de uma mesma estratégia. Bolsonaro segue insistindo por uma reabertura generalizada e imediata, que implicaria em uma explosão de casos e um colapso geral e nacional do sistema de saúde em poucos dias. Por sua vez, depois de administrarem a redução dos ritmos de contaminação aos limites dos respectivos sistemas de saúde, os governos estaduais passaram a impulsionar planos de reabertura gradativa cuja intenção é simplesmente manter as taxas de contaminação em níveis administráveis. Estamos já há seis semanas mantendo uma média superior a mil mortes diárias, e é possível seguir por muitos meses neste ritmo. Ainda que evitar o colapso do sistema seja pressuposto de qualquer política, uma política que se restrinja a este objetivo é insuficiente, já que abdica da tarefa imprescindível de

conter a pandemia, sem o que, mesmo havendo leitos, médicos e atendimento, as mortes seguirão ocorrendo. Portanto, não é uma política antagônica à bolsonarista, ainda que apareça como mais “civilizada”. Os planos de reabertura em curso em vários estados se assentam nas taxas de ocupação hospitalar, o que é necessário, mas insuficiente. Nenhum deles coloca, em qualquer prazo, o objetivo de zerar o número de casos. Mas será isto realmente possível?

É possível conter a pandemia

Na atual situação brasileira, pode parecer utópico e irrealista propor uma política de contenção que proponha zerar o número de casos ativos. E, no entanto, é a única alternativa real que se pode propor em oposição às distintas variantes da política genocida, que inclusive a cada dia mais parecem indistintas, com vários governadores e prefeitos projetando uma absurda retomada das aulas.

Existem de fato inúmeros exemplos bem sucedidos de contenção, ainda que elas demandem planejamento, engajamento social e atenção permanente, e mesmo quando resultados positivos são obtidos, há sempre o risco de retomada, o que só se resolverá em definitivo quando for desenvolvida uma vacina. Ainda assim, neste momento, entre os 213 países e territórios considerados pelo wordometers (que considera em separado alguns territórios como Guiana Francesa), 118 tem menos de 1.000 casos ativos (incluindo a China e outros 26 entre os 90 países que tem mais de dez milhões de habitantes), e dentre eles, 72 tem menos de 100 casos ativos (20 dos quais tem hoje o número de casos zerado).

É possível distinguir dois grupos dentre os países que desenvolveram políticas de contenção efetivas. O primeiro reúne aqueles que tomaram medidas precoces, incluindo fechamento das fronteiras, do comércio e de todas atividades não essenciais e conseguiram desde cedo limitar a propagação. É certamente a situação mais desejável, e nesta situação estão países de diferentes continentes, com distintas culturas e condições sócio-econômicas, como Nova Zelândia, Vietnã, Laos, Camboja, Papua Nova Guiné, Cuba e Tailândia, para citar apenas países com vários milhões de habitantes. O Vietnã é um caso especialmente impressionante: com um pib per capita seis vezes menor que o Brasil, o país asiático de 97 milhões de habitantes foi um dos primeiros países do mundo a ter casos, mas conseguiu conter, tendo acumulado apenas 369 casos, dos quais apenas 28 estão ativos, não registrando nenhum óbito. Na América do Sul, países como Uruguai, Paraguai e Venezuela se destacaram com política de contenção bastante mais efetivas do que seus

vizinhos, embora não tenham conseguido chegar à contenção total. O Brasil poderia integrar este grupo privilegiado: tendo registrado o primeiro caso apenas no final de fevereiro e possuindo um sistema de saúde pública universal (apesar dos cortes e ataques que sofre), a pandemia poderia ter sido contida no Brasil, se tivessem sido adotadas as políticas necessárias e no tempo correto. Infelizmente, no entanto, esta possibilidade já não se coloca mais.

O segundo grupo é constituído por países que tiveram elevado número de casos e posteriormente adotaram políticas de contenção efetivas e conseguiram reduzir muito o número de casos ativos. Isto inclui a China, mas também países europeus como Itália, Espanha, Holanda e Bélgica, cujos governos cometeram inúmeros equívocos e até mesmo em algum momento se pautaram pela “imunidade do rebanho”, mas posteriormente adotaram medidas efetivas e reduziram drasticamente o número de casos ativos. A Itália, por exemplo, teve apenas 2.725 novos casos nos últimos 14 dias, uma redução de 30% em relação aos 3.903 que teve nas duas semanas anteriores. Esta redução não se deve a um processo “natural” de esgotamento da pandemia nas condições esperadas pelos “imunizadores”, pois nenhum destes países tem um percentual de contaminação suficientemente alto para afetar os ritmos de transmissão. Também não é puro efeito da sazonalidade, pois se fosse desta forma os Estados Unidos não estariam enfrentando uma violenta retomada do número de casos em pleno verão do hemisfério norte. A melhora nos indicadores é resultado de um conjunto coordenado de políticas, que passa pela adoção de um discurso único das autoridades, com difusão de informação segura, pelo aumento sistemático do volume de testagem (acima de 30.000 testes por milhão por mês, incluindo a testagem de toda a rede de relações próximas dos infectados) e que se assentou em um período de lockdown rigoroso e efetivo, seguido de um processo de reabertura econômica gradativo e subordinado a diversas metas em indicadores de estabilização dos casos.

Pode parecer custoso indicar um caminho que passa por um lockdown nacional rigoroso para um país que está há mais de três meses em uma dinâmica de semi-isolamento, entre aberturas e fechamento. Mas muito mais custoso – inclusive do ponto de vista estritamente econômico – será continuar administrando a pandemia na forma atual, convivendo com uma média de mil mortes diárias e em uma dinâmica de constantes reaberturas e fechamentos (impostos pela cíclica proximidade do colapso). Sem a superação da pandemia, não há nenhuma base concreta para recuperação econômica. O caminho difícil é, portanto, o único que pode conduzir a uma saída aceitável. A esta altura, deveria já estar claro que não há outra alternativa. Ainda que para trilhar

este caminho e vencer a pandemia seja imprescindível associá-lo à outra necessidade urgente e inadiável: “Fora Bolsonaro e Mourão”!